

Escola para cidadania?

Cláudio de Moura Castro

Este ensaio discute três idéias: A primeira é que há problemas de incivilidade e de desintegração na sociedade brasileira. A segunda é que a escola deve ter um papel importante para curar alguns desses males. A terceira é que a solução não está nos cursos de civismo mas na atitude e comportamento da escola em todas as suas manifestações.

Trata-se de uma área pouco explorada no país, ou pelo menos, pouco explorada a partir de conhecimentos empíricos e de lições práticas. Fala-se muito em cidadania e educação para cidadania, mas pouco nas forma práticas e comprovadamente efetivas para obtê-la.

I. **Cidadania, civismo, responsabilidade social, moral “careta”: falta tudo**

Vivemos em uma sociedade onde o desenfreado processo de urbanização e crescimento econômico quebrou o tecido social que unia boa parte da população. Há uma clara perda do sentido de responsabilidade social, sobretudo nas grandes cidades. O anonimato gera a impunidade. A incapacidade do nosso sistema policial e judicial de julgar e punir o mau comportamento gera uma frustração generalizada com a impunidade, sobretudo a impunidade dos mais ricos. As extremas desigualdades sociais e econômicas trazem uma dose adicional de mal estar que contribui para a *anomie* e os comportamentos anti-sociais.

Isto leva níveis de criminalidade e delinquência extraordinariamente pesados e economicamente caros. Estima-se que os gastos com segurança de todos os tipos ultrapassam os gastos com educação. Ora isso é um péssimo negócio. Uma sociedade mais justa e mais educada economiza em segurança. Se o que gastamos para proteger-nos do comportamento anti-social fosse usado para tornar a sociedade mais justa e mais educada, todos sairiam ganhando. Se gastasse nisso, não precisaria mais gastar tanto em segurança.

Dito de outra forma, os contratos sociais implícitos na sociedade se desfazem diante das agressões de uma sociedade injusta. Mas não podemos esquecer, há ao mesmo tempo, muitos outros contratos sociais sendo lavrados na sociedade brasileira. Os parágrafos anteriores retratam uma situação real, mas ignoram um outro lado da questão.

O país deu grandes saltos nas últimas décadas, talvez mesmo como reação às muitas dissoluções de contratos sociais observadas. Houve um monumental avanço no que as vezes é chamado de associativismo. Não faz muito tempo, associativismo era visto como coisa de donas de casa americanas sem muito o que fazer e, portanto, criando sociedades das mais variadas. Estas idéias eram trazidas pela USAID e consideradas alienadas e inviáveis na sociedade brasileira.

Não obstante, o associativismo deu um grande salto, com associações de moradores, associações de pais de alunos, e uma infinidade de outros grupos, cuidando de uma variedade extraordinária de assuntos. E isso ocorreu não apenas nas comunidades de origem européia próxima no sul do Brasil, mas também nas favelas e cidades pobres em todas as regiões.

As empresas e empresários começaram a se preocupar com estes assuntos. Associações de empresários tem tido papel crescente, iniciativas individuais de empresas chamam também atenção. Mas talvez o mais notável seja o desenvolvimento da filantropia ligada às grandes empresas. O GIIFE congrega hoje dúzias de instituições filantrópicas patrocinadas por empresas de capital brasileiro e estrangeiro.

Mas voltando ao tema inicial, há uma dúvida mais profunda por trás do assunto. Reconstruir, reconstituir o que? Que moral, que comportamento foi esse perdido? Qual o sistema ético que é preciso trazer de volta?

Kant não acreditava que fosse possível derivar princípios morais da experiência. A moral viria dos seus imperativos categóricos que não se derivam da observação do mundo real.

Preferimos nesta nota ficar com uma visão mais pragmática, mais ao estilo de Hume. Sem entrar nos méritos intrínsecos de um sistema ético, do ponto de vista de vendê-lo à sociedade, é mais persuasiva uma argumentação pragmática: É bom porque funciona melhor. Quando Max Weber descreve a influência da moral protestante sobre o desenvolvimento do capitalismo, o que está dizendo é que o comportamento moral facilita a aquisição de riquezas. Quando um pode confiar no outro, quando a palavra vale, quando os valores éticos internalizados fazem com que não seja necessário ficar vigiando as pessoas, tudo fica mais prático e mais produtivo.

Ser honesto é uma idéia esplêndida, produtiva, um grande investimento que aumenta as riquezas e a qualidade da vida de todos (desde que todos sejam honestos). As sociedades onde uns podem confiar nos outros são muito mais eficientes e produtivas. O nível de confiança (trust) ligando um cidadão ao outro determina o estilo de operação da sociedade. Gasta-se infundável tempo vigiando os outros, protegendo-se dos outros se não se pode confiar. Pesquisas mostram que 80% dos latino americanos não confiam nos outros, um dos níveis mais baixos do mundo.

Idéias semelhantes refletidas no conceito de capital social, formulado em analogia com capital físico ou humano. Todos essas formas de capital aumentam a produtividade.

Mas que moral é essa? Que sistema de valores? Qual a universalidade destes princípios? Todos os brasileiros teremos que ser protestantes puritanos para que o nosso país possa andar para frente? A receita é a mesma daquela descrita por Weber ao observar as comunidades puritanas americanas? É a Itália?

Afinal, a Itália deu certo sem ser protestante e com muito mais *joie de vivre*, em meio a um grau intermediário de bagunça.

Existirá uma moral Macunaima? Qual a moral “careta” que lubrifica as relações do cotidiano (e.g. não roubar, não errar no troco propositalmente, não mentir em coisas razoavelmente importantes, manter compromissos, não jogar lixo, não destruir o que é dos outros ou propriedade coletiva etc)? Esta é uma agenda aberta.

II. O papel vital da escola no desenvolvimento da cidadania

Robert Cole nos fala que nascemos com uma propensão moral. Desde muito cedo sentimos necessidade de saber o que é certo e o que é errado. Mesmo durante os vendavais da adolescência, o que há não é a obliteração do sentimento moral mas uma grande confusão resultante de contradições, hipocrisias e ambigüidades observados no entorno.

Mas as noções e os hábitos de decência, civilidade e responsabilidade social são aprendidos. Pela mesma forma que desenvolvemos nossa musculatura ou nossa inteligência, o que Cole chama de “inteligência moral” é um traço a ser desabrochado ou atrofiado, como resultado da nossa convivência em um meio que o estimula ou sufoca.

A escola é uma agência de socialização, intermediando o processo entre a família e a sociedade. É uma etapa de transição para entrar na sociedade. Portanto, não será grande novidade dizer que a escola tem um papel de extraordinária importância no desenvolvimento da cidadania. Cobre um intervalo de idade decisivo no desenvolvimento de um ser humano. Entre sete e quinze anos acontece quase tudo que há para acontecer neste processo de socialização. E quem perder o bonde, está mal. Não só está individualmente mal, mas provavelmente será um ônus para a sociedade, com forte probabilidade de comportamentos anti-sociais.

A função da escola é pois decisiva. Obviamente, não é fácil. Mas por outro lado, há um achado muito curioso vindo de pesquisas etnográficas em escolas mineiras. Nos, adultos de certo nível social e certas expectativas estéticas e de conforto material, quando visitamos uma escola pública típica, encontramos um ambiente pobre, espartano, que vai do arrumadinho ao desolado. Não vemos sonho ou romance neste ambiente físico. Não obstante, as pesquisas mostram as crianças pobres fascinadas pela escola. Há um magnetismo, uma mágica no ambiente. Onde vemos desolação as crianças encontram fascínio, sobretudo porque as escolas raramente são fisicamente piores do que suas casas. São os nossos filhos freqüentando escolas bem melhores que são mais críticos.

Ora, se isso é assim, o trabalho da escola não é impossível. Se a escola captura a imaginação das crianças, há uma esperança de que possa socializá-la com valores sadios e coerentes com uma sociedade harmoniosa.

O lado mais complicado da equação é que ao chegar na escola a criança já teve sete anos de socialização na família. A família de um certo nível social e educacional é um cursinho preparatório para a escola e para a socialização que vem com ela. É uma pre-educação para a cidadania. Ora, se falha este processo, o trabalho da escola se torna muito mais árduo. De fato, isso é um problema sério no caso de crianças de famílias destruídas, de meios miseráveis, de situações de pobreza abjeta, de comportamentos anti-sociais dos pais.

Mas qualquer que seja o quadro, o papel da escola na formação de valores e na cidadania é vital e fatal para qualquer sociedade. Daí a enorme importância que se deve dar hoje a esse assunto. Já que estamos em um ciclo de melhoria da escola básica, esse é um assunto que merece atenção detida.

III. Como fazer uma escola para cidadania?

Queremos moralidade e civismo na escola. Então, pois, criemos cursos de moral e cívica.

Esse assunto é envenenado. Há uma memória viva (ou quase viva) da iniciativa do governo militar de criar cursos de educação moral e cívica. Independentemente dos seus méritos ou vícios intrínsecos, a conexão entre esta iniciativa e o governo militar tira qualquer objetividade à análise que se faz do assunto. Toda tentativa de discutir o assunto é eletrizada pelas falsas e verdadeiras mazelas do período militar.

Tentemos passar a borracha sobre estes coloridos ideológicos e perguntemos o que se pode esperar da introdução de cursos de educação cívica ou educação para valores ou educação para a democracia. Mesmo fora do Brasil, este é um assunto contaminado, não pela ideologia mas pelo corporativismo dos professores de educação cívica. De fato, há um círculo de ferrenhos defensores destes cursos.

Não seria este o momento, o autor ou o local para acertar de uma vez por todas tais questões. Mas há uma tendência para achar que tais cursos ensinam sobre direitos e deveres do cidadão, sobre leis e constituição, como funciona o governo e coisas deste tipo. Todavia, não têm impacto sobre o comportamento ético ou não ético dos alunos na sua vida cotidiana. Há alguma pesquisa sugerindo poucas ou nulas consequências do que se aprendem nestes cursos sobre o comportamento dos alunos. São úteis, seguramente, mal não fazem, mas não seriam a ferramenta básica de quem está preocupado com o desenvolvimento de uma cidadania ativa.

Por outro lado, há suficiente evidência de que os valores se aprendem na escola pelo que ela é, pelo que ela pratica no seu funcionamento cotidiano. ¹ Civismo e comportamento ético são assuntos da escola como um todo, não de disciplinas que tentam ensiná-los especificamente. A escola em todas as suas atividades é que recebe a tarefa da educação para valores. Isto não é uma atribuição específica como decidir que raiz quadrada se aprende no curso de matemática.

¹ R. Cole op cit e Robert Dreeben, "On what is learned in school"

Há hoje uma experiência interessante de focalizar mais os esforços da escola no seu intento de tornar-se uma agência mais competente de desenvolvimento de valores. Isto se dá sobretudo nos Estados Unidos, um país que, ao mesmo tempo, tem problemas sérios de lidar com uma franja difícil de sua sociedade e mostra grande criatividade na busca de soluções. Vejamos algumas lições que se derivam dos experimentos e das pesquisas que se realizam naquele país.

1. A escola ensina pelo exemplo, não pelo sermão.

Aprende-se civismo e ética vendo funcionar uma organização honesta justa, tolerante, generosa, disciplinada e disciplinante. A grande lição da escola vem pelo que os estudantes presenciam na sua prática cotidiana. É tornando a escola mais digna, mais íntegra que se obtém o ensino da dignidade e da ética. A escola boa e séria ensina educa para os valores, sem fazer força, sem tentar.

2. Valores se ensinam em cada uma e em todas as disciplinas

Cada lição da escola é uma oportunidade para explorar suas implicações éticas e morais. A literatura é um excelente ponto de partida. A história tem a cada momento um dilema ético. As próprias ciências tem implicações éticas, como as premissas de honestidade do método científico. Novamente, R. Cole observa que não se aprende pelo sermão mas pela narrativa contextualizada. É contando histórias, é vivendo situações concretas que se avança nesta direção. As parábolas bíblicas são uma aplicação explícita deste princípio. É interessante notar como se encaixa como uma luva este princípio às idéias de contextualização e integração curricular contidas nos novos parâmetros curriculares do MEC. De fato, é a idéia forte de que os assuntos ultrapassam as fronteiras disciplinares e é isso que lhes dá força e vigência.

3. Aprende-se participando, sendo ator mais do que espectador

A escola é um grande laboratório onde se podem criar microcosmos sociais e aprender no processo de participar do seu funcionamento: Clubes, associações, sociedades, tribunais (muitos de verdade, julgando estrepolias grandes e pequenas de alunos) e representações políticas. Tudo isso são simulações com méritos educativos, sobretudo do ponto de vista do desenvolvimento de responsabilidade e julgamento. A contraparte é que as patologias na atuação destas associações criam os modelos de onde se aprende errado. Participações estudantis manipuladas por minorias, práticas manobras políticas para obter decisão sem maioria efetiva, técnicas de manipulação de reuniões são, antes de tudo, deseducativas.

4. Visitas e excursões trazem uma pitada de mundo real

Se a essência do aprendizado de valores está na discussão de situações reais, as visitas podem criar o detonador inicial para alguns processos interessantes. Visitas a instituições de caridade, orfanatos, asilos de velhos, penitenciárias, instituições de caridade e inúmeras outras podem criar a visão de primeira mão que dará origem a um processo de discussão e elaboração conceptual. Mas

note-bem, não é a visita que ensina. A visita é apenas o estopim para criar um clima de discussão aberta em torno do tema.

5. Conferências e narrativas sobre situações individuais vividas

Muitas escolas privadas americanas, ao invés de pregações morais, criaram a prática de convidar pessoas comuns que viveram problemas ou dilemas para contá-los diante dos alunos. Em linha com a idéia de que sermão não ensina mas narrativa concreta pode ensinar, as escolas convidam professores, membros da comunidade local para apresentarem a seus alunos alguma situação vivida onde dilemas morais são assuntos centrais. Novamente, não é a narrativa em si mas a participação dos alunos na sua discussão que ressona na cabeça dos alunos, com probabilidades de ter impacto.

6. Trabalho comunitário

Apoiado por um relatório da Carnegie Commission, muitos estados ou condados americanos introduziram o trabalho comunitário como uma disciplina obrigatória, para crédito, nos currículos do segundo grau. Os alunos são obrigados a passar algo como 50 horas em hospitais, creches, instituições de caridade ou beneficentes, asilos. Há uma lista de instituições registradas e o próprio aluno toma a iniciativa de escolher onde irá. Alguns preferem ir a casas de idosos, e ler alto para eles. Outros vão para ONGs. A variedade é imensa.

A idéia é muito boa. Mas, naturalmente, a sua implementação não é fácil. Há sempre o perigo de que as instituições usem os alunos como mão de obra administrativa barata (gratuita, para ser mais exato). Datilografar etiquetas de envio postal de propaganda de uma ONG não tem grandes consequências como educação para valores. É portanto necessário um mecanismo bem cuidado de implementação, para que esta excelente idéia não se transforme em uma rotina inútil.

IV. Escola séria é assunto de todos

Tudo que foi dito ou sugerido abre portas para avançar a capacidade da escola de educar para valores. Na medida em que a escola é séria, muitas coisas boas já passam a acontecer, sem que haja um esforço dirigido para o desenvolvimento dos valores. Portanto, a primeira prioridade, *primus inter pares*, é assegurar-nos de que nossas escolas são boas e são sérias.

Em seguida, vem o cardápio das atividades mais específicas sugeridas neste texto, sobretudo nos parágrafos imediatamente anteriores. Há enorme espaço para avançar.

Mas há uma advertência séria nisso tudo. Educação e escola não são assunto de governo, mas de todos. O governo pode decidir se equação do segundo grau entra no currículo ou se Camões sai. Mas o governo não pode criar escolas boas sem o apoio da sociedade civil. Escola boa não se faz por decreto, mas pela vontade coletiva do povo.

File name: Cidadania Fulbright
Date created: 23/12/1999
Date modified: 08/10/02